

Arquivos Pessoais em Face da Teoria Arquivística Tradicional: Debate com Terry Cook

Heloísa Liberalli Bellotto

O campo instigante dos arquivos pessoais sempre suscitou a curiosidade, o interesse, a indagação e – por que não admiti-lo? – o *voyeurismo* inerentes a todo ser humano quando se trata de penetrar um pouco mais além do que permite o contato estritamente social na intimidade do seu semelhante. Isto, quando não se trata, evidentemente, de pessoa que lhe seja íntima por razões de família, de amizade ou de relacionamento amoroso.

O caminho é aberto aos historiadores, aos sociólogos, aos antropólogos, aos arquivistas, aos literatos, aos detetives, aos policiais, aos juristas, aos educadores, aos médicos, aos psicólogos, aos psicanalistas, aos jornalistas e a outros que, pelas características de sua atuação profissional, têm maiores condições e oportunidades de realizar essa espécie de viagem ao interior do pensamento de uma pessoa, e à razão de ser de ações e atitudes suas, das quais, de outro modo,

Nota: Este texto contém comentários às conferências proferidas por Terry Cook e Ariane Ducrot na sessão sobre o tema *O fazer do arquivista* do Seminário Internacional sobre Arquivos Pessoais (CPDOC-FGV/IEB-USP), realizada em São Paulo em 21 de novembro de 1997.

só se conheceria a finalização. Nessa invasão deparam-se eles com o esperado mas também, quase que na mesma proporção, com o inesperado; inúmeras vezes, acabam até por encontrar-se a si mesmos, tanto quanto encontram, provavelmente, toda a humanidade. É esse o fascínio exercido pelos *personal papers*, fascínio do qual é muito fácil passar ao vício, como apontaram alguns dos conferencistas deste seminário, aliás vivamente aplaudidos pela assistência, provavelmente tão viciada quanto eles. E é salutar que assim seja. Pois, ademais do *voyeurismo*, muito a sociedade poderá ganhar com essas fontes inestimáveis que são os registros pessoais, todos eivados de uma imprescindível “sinceridade”, ainda que nem sempre de “verdade”, como discutirão alguns dos próximos conferencistas.

Interdisciplinares por excelência, dando motivos a infinitas abordagens e olhares, os arquivos pessoais não tinham merecido, até duas ou três décadas atrás, a devida atenção no que diz respeito à sua existência, rastreamento, organização e divulgação, nem tinham sido objeto de pesquisa como poderiam e deveriam ser. Hoje a situação é bem outra. Com os arquivos pessoais inspirando e documentando trabalhos acadêmicos e de ficção (literatura e cinema), dando origem a exposições e motivando a publicação de instrumentos de pesquisa, assim como a realização de um seminário do porte deste, estão demonstradas a dinamização e o crescimento dos recolhimentos, da organização e da disponibilização dos documentos de origem privada em entidades especializadas públicas ou particulares.

Ademais, vejo neste seminário o grande mérito de trazer à baila as enormes inter-relações que a área dos arquivos pessoais pode ter com as outras áreas da arquivística, com a museologia, e com as teorias e as políticas documentárias, isto no sentido da metodologia do trato documental; de outro lado, com a psicologia, com a psicanálise, com a história, com a literatura, com a sociologia etc., na sua exploração e difusão, traduzindo enriquecimentos recíprocos. A soma dessas visões abrangentes poderá fornecer às metodologias arquivísticas novas luzes, para melhor fundamentar a organização dos documentos pessoais, sem que se percam de vista os princípios básicos da arquivologia, ainda que estes estejam atualmente abalados, como conferimos a partir do texto de Terry Cook.

Esses princípios foram discutidos nos textos que nos cabe relatar: os de Terry Cook e de Ariane Ducrot. Julguei necessárias estas palavras iniciais até para situar melhor essas duas comunicações. Como já terão visto na sessão anterior e verão nas sessões seguintes, a interdisciplinaridade impera. Entretanto, quero ressaltar que os trabalhos do colega canadense, da colega francesa e da colega portuguesa são, por assim dizer, os de abordagem mais arquivística.

Terry Cook preocupa-se em seu texto em explorar, de início, a questão da aplicabilidade dos princípios arquivísticos tradicionais desenvolvidos para o

uso em arquivos públicos e institucionais em arquivos de pessoas e de famílias. Em outras palavras, aventa a possibilidade de um quadro conceitual comum para arquivos institucionais e arquivos pessoais. Isso, de um lado; por outro lado, vai mais longe, contestando essa própria aplicabilidade até nos arquivos governamentais, diante do que chama de uma pós-modernidade, na qual o tipo de relação que tão zelosamente contemplávamos, entre o documento e o setor administrativo que o produzia, já não é mais válido.

Seguindo o raciocínio do australiano Peter Scott, para cujas teorias já chamava a atenção dos arquivistas de todo o mundo no recente Congresso em Pequim, Terry Cook mostra a defasagem entre os nossos sacramentados princípios e o fim das administrações mono-hierarquizadas de Weber, agora crivadas de uma multidão de inter-relações contextuais entre documento/produtor/funções, nas quais pesa, ainda, o impacto da microeletrônica na prática arquivística. Já não se pode contar com a perfeita coerência entre a atividade ou a estrutura que produz o documento e o sistema de tratamento e guarda dos registros. Diante do quadro das novas feições do Estado, a avaliação de documentos e os sistemas de classificação e descrição requerem nova feição teórica.

Ademais, perpassa pelo texto também a questão da organização e classificação da informação dentro da atual “ordem mundial da informação”, em que já não se aceita o cientificismo do século XIX relativamente à “verdade” do documento. Portanto, onde nem o documento, nem o arquivista, são vistos como seres objetivos, neutros, impessoais, passivos. Os sistemas de informação têm necessariamente que passar a descobrir, como diz Cook, o contexto por trás do texto, a mente por trás da matéria, a inteligência por trás do fato, a função por trás da estrutura, as inter-relações múltiplas por trás da relação de única via. Matéria, fato, estrutura – justamente o que os arquivistas, por um século, dedicavam-se religiosamente a proteger – já não bastam. Agora, contam a mente, a inteligência, a função, as relações múltiplas e, ainda mais, multifacetadas da administração. A noção de verdade absoluta baseada no racionalismo e no método científicos, na crítica textual e no conhecimento objetivo perde o lugar, diz Cook, para o “contexto por trás do texto, [pois] as relações de poder que conformam a herança documental lhe dizem tanto, se não mais, que o próprio assunto que é o conteúdo do texto. (...) Tudo é conformado, apresentado, representado, simbolizado, significado, assinado por aquele que fala, fotografa e escreve (...) com um propósito definido”.

Ainda nas palavras de Cook, o texto não é um “subproduto” administrativo, e sim um “produto consciente”, “embora essa consciência (...) possa ser transformada (...) em padrões inconscientes de comportamento social (...) e em fórmulas padronizadas de apresentação da informação”, de tal modo que os liames com as realidades externas e as relações de poder tornam-se bastante

escondidos. Portanto, os documentos de arquivo são produzidos em “contextos semioticamente construídos, (...) dependentes das instituições e/ou dos indivíduos”; portanto, não há documentos neutros, objetivos, desinteressados, “inocentes”.

Nesse sentido, o autor fala na arquivística funcional substituindo a arquivística descritiva, fala nos “arquivos totais”, fala em um novo perfil, obrigatoriamente necessário, para o arquivista. Este não poderá negar sua própria historicidade. Ele deve reintegrar o subjetivo (a mente, o processo, a função) com o objetivo (a matéria, o registro, o sistema de informação) na sua construção teórica. E nessa linha, tendo abandonado para sempre o mito de Jenkinson da objetividade e da imparcialidade, e compreendendo que os arquivos pessoais nunca deixaram de ser (digo, eu, agora) uma espécie de “reino” das contradições, das transgressões, do inesperado e da perplexidade, ele poderá, enfim, considerar os arquivos públicos institucionais e os arquivos pessoais num foco teórico comum centrado na construção da memória social e coletiva. Assim, quebra-se a barreira artificial, diz Cook, que no mundo anglo-saxão (a observação é minha) tinha, por longo tempo, dividido os arquivistas dedicados a uma e a outra modalidade de arquivos.

Na perspectiva dos ditos “arquivos totais” canadenses, o autor mostra que novas perspectivas têm sido adotadas dentro dos arquivos públicos, traduzindo-se no fato de estarem os arquivistas atentando mais para a governança do que para o governo. Por governança se entende a trama, isto é, tudo o que possa comprovar a interação entre cidadão e Estado, o impacto do Estado na sociedade e as funções e atividades da sociedade em si mesma; por governo, compreendem-se as estruturas sustentadoras e a ação burocrática. A frase de Cook é significativa: “A tarefa arquivística é preservar a evidência documentada da governança da sociedade, não apenas da atividade governante dos governos.”

Essa aproximação dos arquivos pessoais e governamentais – tanto os registrados em suportes tradicionais como os registrados em suportes eletrônicos –, com os sistemas virtuais de informação, assim como a mudança da metodologia da arquivística, mas também da administração – priorizando a trama e a urdidura dos tecidos da história, captando o impalpável para a construção da memória do mundo pós-moderno –, resumem a grande contribuição deste *paper* de Terry Cook. Nele, ele tenta avançar a teoria arquivística parada cem anos no Manual Holandês. Se cabe ao Brasil a honra de ouvir pela primeira vez, de uma forma mais concreta, o que seu autor já começara a esboçar na China, uma diretriz de tamanho avanço na teoria arquivística, comovidamente nós lhe agradecemos.

Considerando, pois, a posição de Cook relativamente à quebra definitiva das barreiras de tratamento e mesmo de domicílio diferenciado entre arquivos pessoais e arquivos institucionais públicos, eu gostaria que ele me respondesse

como viabilizar essa mudança. Como julga que se vá dar a transformação radical relativamente às teorias arquivísticas para serem aplicadas indiferentemente a uma e a outra modalidade de arquivo? Será preciso esperar pela palavra do Conselho Internacional de Arquivos para tal padronização?

Quanto ao segundo texto que devo comentar: Ariane Ducrot nos desenha, como é praticado na França, o conjunto das operações intelectuais e materiais que permitem a ordenação de um fundo pessoal de modo a facilitar a pesquisa, levando-se em conta a especificidade dos arquivos pessoais nos seus aspectos jurídicos e nas características de seus documentos.

A autora nos fala de políticas de arquivos privados, aludindo desde logo à necessidade de um censo deles, localizando seus diferentes domicílios em arquivos, bibliotecas, universidades, museus. Considero esta uma sugestão altamente interessante para o Brasil, porque, para além dos conhecidos CPDOC e IEB (os promotores deste Seminário), da Casa de Rui Barbosa, do Museu Imperial de Petrópolis, do Instituto Joaquim Nabuco (em Pernambuco), da Casa de José Américo (na Paraíba), do Museu Emílio Goeldi (no Pará), do Instituto do Livro (no Rio Grande do sul), sabemos que há arquivos pessoais em muitas fundações e institutos históricos estaduais. Os mesmos promotores do Seminário poderiam tentar este projeto.

Depois, a autora nos fala da questão da visita aos proprietários do arquivo a ser adquirido (por compra ou doação), seguida dos devidos preparos. Esta é uma prática preconizada nos Estados Unidos até às raias do exagero, falando-se mesmo em uma certa sedução e persuasão bastante cerrada relativamente às famílias herdeiras, quando relutantes. No Brasil, parece-me que, em geral, o arquivo é mais bem oferecido do que perseguido, salvo exceções.

A terceira parte refere-se a uma discussão interessante, já que tenta transpor para os quadros da organização dos arquivos pessoais o princípio da proveniência (ou do *respect des fonds*), base do arranjo na área dos arquivos institucionais, inspirando-se a autora no conhecidos critérios de Michel Duchein.

O que nos perguntamos, nesta altura, e tentando, de certo modo, unir as duas apresentações, é o seguinte: valerá a pena ainda insistirmos nessa questão, isto é, a de adaptar os rígidos princípios de base do Manual Holandês para área de produção documental tão diversa, qual seja a dos registros pessoais, quando Terry Cook já dá por ultrapassado esse nosso norte de cem anos? Será – e é o que eu pergunto à Mme. Ducrot – que não seria apropriado, neste fim de século, a arquivística francesa caminhar um bocado mais na linha de Bruno Delmas e não na de Michel Duchein, e repensar uma moderna metodologia de arranjo? Mesmo porque a arquivística francesa, no dizer de sua representante entre os conferencistas de Pequim, Mlle. Nougaret, se não me falha a memória, vem se adaptando

rapidamente aos tempos informáticos, embora reconhecendo uma certa resistência inicial.

E se pensarmos na questão dos “arquivos totais”, será que vale a pena, ainda, pensarmos na estrita diferenciação das espécies e tipos documentais, característicos da velha e não da nova diplomática, pondo de lado os documentos derivados da criação artística ou literária, por não terem nascido de uma “necessidade utilitária” ou funcional?

No item que se segue, a autora declara que aqueles documentos resultantes do que chamamos de trabalho de documentação colocam, às vezes, problemas delicados para serem resolvidos. Isso também já não estaria ultrapassado? Na sua exemplificação, Mme. Ducrot faz diferenças meticulosas entre certas espécies documentais constantes de acervos pessoais: o caso do mapa da expedição geográfica (autorizado a integrar o acervo); os recortes de jornal (proibidos de integrar o acervo); coleções de documentos históricos não resultantes de acumulação natural (dê-se-lhes tratamento biblioteconômico); livros integrando arquivos pessoais (*idem*); objetos integrando arquivos pessoais (recusa-se-lhes um lugar nos “arquivos totais”, passando-se-os aos museus) etc.

Todos esses pormenores mostram uma certa tradição no tratamento dos registros pessoais para a qual, reconheço, ainda não temos substitutos plausíveis. Mas indago se não poderiam ser repensadas essas posições.

A verdade é que não é minha intenção jogar um conferencista contra o outro. Mas o papel do debatedor é sempre um pouco o de “advogado do diabo”. Entretanto, creio que mais do que ser advogado do diabo gratuitamente, na realidade, o que quero é que os dois especialistas estrangeiros, do alto de sua experiência e conhecimento, venham a nos trazer luzes e soluções – e estou certa de que estão comigo os vários colegas brasileiros aqui presentes.

Voltando, portanto, pacificamente, ao texto de Ariane Ducrot: refere-se ela aos fundos pessoais abertos, lacunares e também aos que poderíamos chamar de superpopulosos. Concordo plenamente com a autora, quanto às dificuldades que apresentam. Tranqüiliza-nos que a prática francesa seja, por exemplo, da não devolução do material oficial, a não ser em raríssimas exceções de reintegração de fundos.

Uma outra questão apresentada nos parece da maior importância e chamo a atenção dos colegas que estejam recém-adquirindo um arquivo pessoal. É o levantamento preconizado pela autora, o mais completo possível, sobre a vida e a obra do titular/titulares do arquivo, seu estudo mesmo, sem o qual será falho qualquer esboço de plano de classificação.

Como um último comentário, que encerra também um pedido de esclarecimento à Mme. Ducrot, eu abordaria o trecho em que ela fala dos arquivos de escritores, mesmo porque se trata de caso bastante freqüente no Brasil.

Arquivos Pessoais em Face da Teoria Arquivística Tradicional

Gostaria que nos explicasse melhor essa diferença que faz entre “documentos de criação” e “documentos de gestão”. Em se tratando de arquivos pessoais, se as séries são ditadas pelos tipos documentais resultantes das funções/atividades, como então não considerar os rascunhos, minutas e originais da produção literária como sendo intrínseca e visceralmente documentos – aliás, até os mais representativos – de um arquivo de escritor?

Para terminar, gostaria de dizer aos dois conferencistas desta tarde que sua contribuição ao Seminário foi grandemente proveitosa para nós, ambos discutindo o fazer do arquivista no mundo dos arquivos pessoais, abordando metodologias e novas perspectivas a serem estudadas, analisadas e tentadas, visando, cada vez mais, ao avanço seguro e consolidado do nosso trabalho.

*(Recebido para publicação em
novembro de 1997)*